

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CYNTHIA FONTOURA CAMARGO CEREALLI

**LEI KANDIR: OS IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DO ICMS NA EXPORTAÇÃO  
DA SOJA**



CURITIBA

2018

CYNTHIA FONTOURA CAMARGO CEREALLI

**LEI KANDIR: OS IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DO ICMS PARA A  
EXPORTAÇÃO DA SOJA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de título de especialista, Curso de MBA em gestão Contábil e tributária do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Arthur Mendes Lobo

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

CYNTHIA FONTOURA CAMARGO CEREALLI

### **LEI KANDIR: OS IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DO ICMS PARA A EXPORTAÇÃO DA SOJA**

Monografia apresentada como pré-requisito à obtenção do título de Especialista, do Curso de Especialização em MBA – Gestão Contábil e Tributária do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, sob a análise da seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Arthur Mendes Lobo

Orientador – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR

---

Prof. XXXXXXXXXX

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR

---

Prof. XXXXXXXXXX

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR

Curitiba, 30 de junho de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu energia e benefícios para concluir este trabalho.

À minha família pelo incentivo durante todo tempo que tive que dedicar aos estudos.

Ao professor Dr. Arthur Mendes Lobos por ter reservado seu tempo e paciência para contribuir com meu crescimento.

Enfim agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva da minha vida.



## RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os impactos existentes mediante a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) para a exportação da soja, sob a ótica da Lei Complementar nº 87/96, que isenta a tributação dos produtos primários, industrializados e semi-elaborados quando destinados..... Diante da alta carga tributária no Brasil os agricultores aspiram na exportação a oportunidade para um maior crescimento e desenvolvimento dos seus negócios, porém são assombrados periodicamente por projetos de lei que discutem a possibilidade de veto deste incentivo, alegando que as vendas interestaduais ainda são taxadas, o que acaba prejudicando estados com pouca oferta de matéria prima.

**Palavras chaves:** Agricultura, ICMS, Isenção, Tributário, Exportação.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to evaluate existing impacts through the exemption of taxes over Tax on Circulation of Goods and Services (ICMS – imposto sobre circulação de mercadorias) for soy export, under the supplementary law number 87/96, where tax is exempted for primary, industrialized, and semi-processed products. Given the high taxations in Brazil, farmers aspire to have opportunities on exportation for greater growth and development of their business. However, farmers are periodically hounded by law projects, which discuss the possibility of veto of the incentives, claiming that interstates sales are still taxed, which hurts the raw material supply once it cross state lines.

**Keywords:** Agriculture, ICMS, Exemption, Tax, Export.

## QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – EXPORTAÇÃO.....	36
FIGURA 1 – EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA NO BRASIL.....	35
FIGURA 2 - LOGÍSTICA E CUSTO COM O TRANSPORTE PARA A EXPORTAÇÃO DA SOJA.....	40
GRÁFICO 1 - AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, 2007 A 2017, EM R\$ MILHÕES.....	18

## **TABELAS**

TABELA 1 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA VALORES MENSAIS .....	17
TABELA 2- PIB-REND A DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, 2007, EM R\$ MILHOÕES DE REAIS.....	19
TABELA 3 - PRINCIPAIS TRIBUTOS INCIDENTES NO AGRONEGÓCIO.....	21
TABELA 4 - ARRECADAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO E TÍTULO .....	26
TABELA 5 - ARRECADAÇÃO DO ICMS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA – 2017.....	28
TABELA 6 – PRODUÇÃO DE SOJA.....	34
TABELA 7 - BALANÇO OFERTA DEMANDA DA SOJA EM TONELADAS.....	37



## LISTA DE SIGLAS

ABIOVE	- Associação Brasileira das Indústrias e Óleos Vegetais
ACSP	- Associação ,Comercial do Estado de São Paulo
APROSOJA	- Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
CAI	- Complexo Agroindustrial
CCJ	- Comissão de Constituição e Justiça
CEPEA	- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do agronegócio
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura
CONFAZ	- Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEPE	- Comissão Técnica Permanente do ICMS
CTN	- Código Tributário Nacional
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEC	- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
FAPRI	- <i>Food and Agricultural Policy Research Institute</i>
ICMS	- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PIB	- Produto Interno Bruto
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.2.1 Objetivo Geral .....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	14
<b>2 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO .....</b>	<b>16</b>
2.1 CONCEITO E NÚMEROS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL .....	17
2.1 TRIBUTAÇÕES NO AGRONEGÓCIO .....	21
2.2 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA (ICMS) .....	22
2.3 CONVÊNIOS DO ICMS .....	24
2.4 PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE .....	24
2.5 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA .....	25
2.6 A ARRECADAÇÃO DO ICMS NA ESFERA NACIONAL .....	26
2.7 A LEI KANDIR .....	29
2.8 PROJETOS DE LEI E EMENDAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA .....	32
2.9 PRODUÇÃO DA SOJA .....	33
2.9.1 A Produção de Soja no Brasil .....	34
2.9.2 A exportação do complexo soja .....	36
2.9.3 Custos com a exportação .....	40
2.10 O ATUAL CENÁRIO DA EXPORTAÇÃO DA SOJA SOB ÓTICA DOS IMPASSES DA LEI KANDIR .....	41
2.11 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	42
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>44</b>
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS .....	44
3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA .....	44
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS .....	45
3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES .....	45
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

O agronegócio brasileiro tem crescido muito durante os últimos anos com propostas de financiamentos atrativas do governo e uma promessa de retorno relativamente atraentes. Porém, como em qualquer outro setor existe uma alta carga tributária sobre a circulação dessas mercadorias, dessa maneira estimulam-se esforços para que o agricultor consiga superar essas dificuldades e ampliar seus negócios expressivamente. Diante deste contexto, a exportação da matéria prima brasileira atraiu muitas alianças, investidores e commodities em geral, através deste crescimento os agricultores viabilizaram a chance de expandir o comercio destes produtos, e finalmente auferir a consolidação de sua marca.

Nesse cenário, encontramos a produção de soja, que após grandes investimentos e pesquisas para que o grão pudesse ser cultivado em regiões não favoráveis, conseguiu atingir números recordes de produção. Através dos dados obtidos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), verifica-se que durante o ano de 2017, o Brasil foi segundo produtor mundial de soja estando atrás apenas dos Estados Unidos.

Os Estados Membros da Federação Brasileira que lideram produção são Mato Grosso e Paraná. A movimentação desse produto para a União representa uma parcela importante do produto interno bruto brasileiro, bem como na arrecadação tributária.

O Presente trabalho pretende analisar qual o impacto em desonerar o ICMS para a exportação da soja? Analisa-se de forma imparcial a Lei Complementar nº 87/96, conhecida como Lei Kandir, que isentou a tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS) para exportação de produtos primários, elaborados e semi-elaborados. Finalmente pretende-se analisar como o referido benefício fiscal conseguiu atingir toda a produção do Complexo Soja no Brasil.

Segundo especialistas a Lei Kandir teria trazido grandes progressos para a economia brasileira. Porém, já no início de sua aprovação houve muitas contestações sobre o volume monetário que o setor começaria a movimentar,

levaram alguns Estados Membros a questionar a isenção da tributação para venda no mercado externo.

Em se tratando de um imposto de competência tributária atribuída ao Estado-Membro, poderia a União regular esta isenção? Estados Membros seriam prejudicados pela legislação e a cobrança do imposto na movimentação do mercado interno?

Sem ter a pretensão de esgotar o tema, o presente trabalho analisará essas e outras questões relacionadas à importância da Lei Kandir para o cenário econômico brasileiro, de modo que o país se torne uma referência em exportação, gerando empregos, atraindo renda e até mesmo aumentando o lucro das organizações, para o desenvolvimento do nosso Estado Democrático de Direito. Além disso, para que os agricultores possam aproveitar esses benefícios, faz-se necessário entender, de forma empírica, os incentivos que a União pode oferecer.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem a intenção de mapear o impacto que Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir trouxe para o agronegócio brasileiro mais especificamente as operações que envolvem o mercado da soja.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o quadro econômico do agronegócio brasileiro;
- analisar o impacto da arrecadação do ICMS;
- apresentar dados atualizados do Complexo Soja para os principais estados produtores;
- identificar prejuízos atribuídos a desoneração do ICMS com o advento da Lei Kandir.



### 1.3 JUSTIFICATIVAS

Abrangendo o aprendizado obtido no curso de especialização em gestão contábil tributária, bem como os conhecimentos sobre a legislação tributária nacional, pretende-se entender o que a comercialização do Complexo da Soja representa para a economia brasileira, tanto no mercado interno como no mercado externo e o impacto que os incentivos fiscais representam em específico para essa ramificação do agronegócio.

Segundo (CHIAPPA, 2001) alguns fatores principais são responsáveis pela grande demanda mundial deste produto, são eles: (i) Progresso da renda per capita (ii) distribuição mais justa de renda que incentivam em conjunto o crescimento da economia; (iii) uma maior elevação econômica e uma melhora na divisão de rendas de países populosos ( China, Índia); (iv) Promovendo a abertura de países fechados para a introdução do capitalismo; (v) Maior abertura financeira, proporcionando bons investimentos em ações de diversas empresas.

Dessa maneira a soja tornou-se gradativamente uma potência econômica logo se consolidando no mercado da exportação, e junto com essa grande movimentação, transformou a agricultura em uma referência para a economia brasileira, a mesma que movimenta uma parcela importante do produto interno bruto nacional. A importância econômica que o setor representa justifica os esforços para que estudos viabilizem e conscientizem os produtores sobre relevantes questionamentos, tais como:

- a) A proposta ofertada através da lei complementar nº 87/1996 trouxe realmente benefícios a todos interessados? b) houve progresso para o agronegócio após seu advento? c) Qual a importância da arrecadação do ICMS para a união?

## 2 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Em meio a um grupo cada vez menor de países onde possuam terrenos produtivos, o Brasil é considerado uma Nação com muitas riquezas naturais, seu solo, por exemplo, é visto como em sua grande parte, apropriado e fértil. Possibilitando o plantio de diversas culturas, por conseguinte detém um maior rendimento produtivo nas lavouras. Devido a isso ampliou com êxito suas divisas.

Atrelado a esse crescimento pode-se mencionar as suas inúmeras atividades e áreas de desenvolvimento do setor, por exemplo, “agropecuária; agroindústria; fornecedores de insumos; e por fim os que negociam a produção oriunda da agropecuária/ agroindústria” (BACHA, 2009, p.28). A união destes segmentos pode ser definida como o complexo agroindustrial (CAI):

O CAI é conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas antes e depois a produção e a transformação de produtos agropecuários, apresentando uma visão sistêmica da produção (BACHA, 2009 p. 28).

O progresso que CAI alcançou nos últimos anos vem sendo medido e evidenciado através dos principais veículos direcionados à agricultura. Para o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller o agronegócio tem sustentado a alta no PIB, para ele “Temos que ter cautela porque o momento é muito difícil da economia do Brasil, mas, com certeza, quem está ajudando muito é o agronegócio” (SALOMÃO, 2017).

O setor em geral tem empregado muitos brasileiros e contribui significativamente para a arrecadação União e seus Estados Membros, para o economista Alexandre Schwartzman, tivemos um início de 2017 com números satisfatórios “Sem o agronegócio, dificilmente o PIB teria esse crescimento no primeiro trimestre” (SALOMÃO, 2017).

A responsabilidade dessa evolução também pode ser atribuída a exportação dos produtos agropecuários. Embora a negociação com o comércio estrangeiro não seja uma idéia recente, essa nova política se consolidou cada vez mais com o passar dos anos, tendo hoje como referência a soja, segundo uma análise realizada pela Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil (CNA) a partir de dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) dos 10

principais produtos da pauta exportadora sete fazem parte do agronegócio, de fato, essa modalidade apresentada expandiu com sucesso o nicho econômico ofertado.

As negociações e relações internacionais mantidas de forma satisfatória também têm contribuído para uma expressiva melhora nos números da nossa balança comercial, conforme estudo realizado e divulgado pelo MDIC, durante o primeiro semestre de 2017, obteve-se um superávit positivo e com valores superiores ao mesmo período de 2016.

**TABELA 1 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA VALORES MENSAIS**

Mês	EXPORTAÇÃO (A)			IMPORTAÇÃO (B)			SALDO (A-B)	
	2017	2016	Var. %	2017	2016	Var. %	2017	2016
Janeiro	14.906.251.428	11.287.669.013	32,7	12.198.507.694	10.322.687.679	18,2	2.708.943.734	915.081.334
Fevereiro	15.468.696.825	13.342.876.253	15,9	10.913.527.151	10.301.097.607	5,9	4.555.169.674	3.041.778.646
Março	20.075.019.666	15.991.809.841	25,5	12.942.271.752	11.560.717.619	12,0	7.132.747.914	4.431.092.222
Abril	17.675.987.718	15.371.763.216	15,0	10.716.703.154	10.509.741.662	2,0	6.963.284.564	4.862.021.554
Maior	19.790.282.452	17.568.725.446	12,6	12.130.566.296	11.236.159.386	8,9	7.659.716.156	6.332.566.060
Junho	19.787.907.463	16.738.066.984	18,2	12.592.744.457	12.759.436.773	-1,4	7.195.163.006	3.983.530.211

FONTE: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2017)

Embora as ampliações de nossas fronteiras de certa forma contribuam consideravelmente para a estrutura financeira da União, e cooperam para um aumento relevante nas receitas do agricultor, diversos fatores adversos, exigem que os negociadores de commodities mantenham uma posição cautelosa perante o mercado, tais como; As tributações incidentes nas operações; Os imprevistos de causas naturais que estão acostumados a enfrentar; Os riscos de trabalhar com operações que envolvam acordos com moeda estrangeira; As alterações nos valores dos juros internacionais; Ou até mesmo uma eventual valorização da moeda negociada.

Quando um dos itens mencionados anteriormente sofre alteração, o impacto é diretamente sentido nas comercializações globais, afetando tanto o agricultor como a economia interna.

## 2.1 CONCEITO E NÚMEROS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

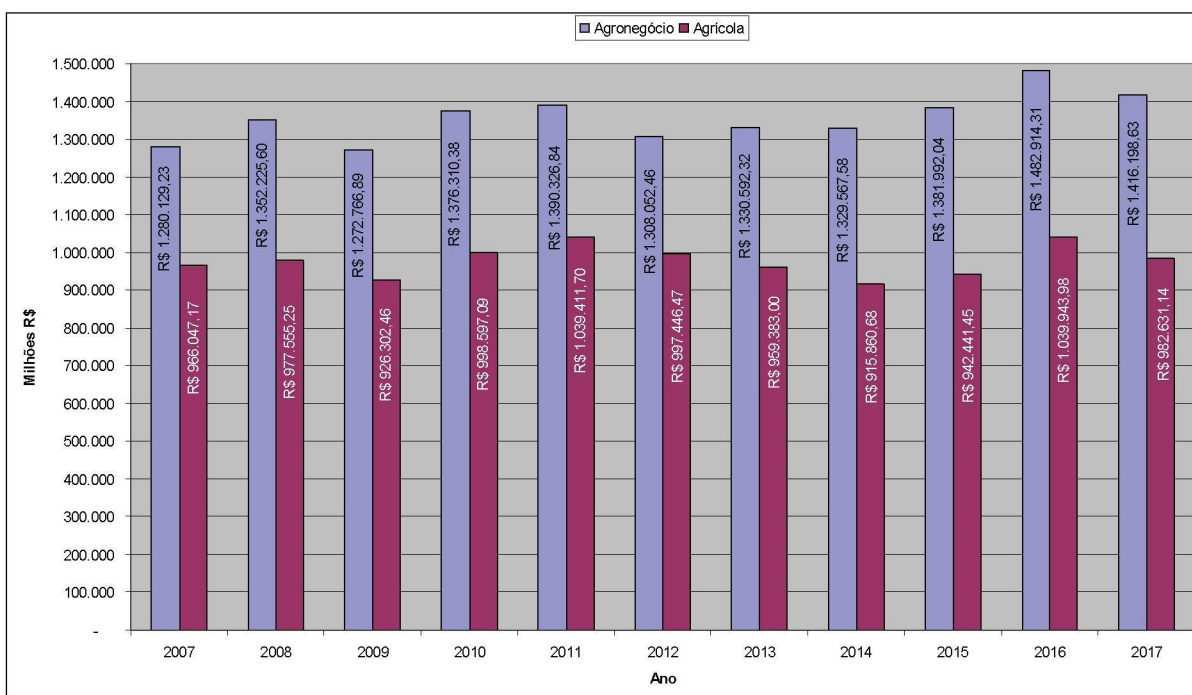
Quando se fala em agronegócio, normalmente se pensa em agricultura, o que é errado, pois a agricultura também é parte do agronegócio, no entanto, o conceito mais amplo do termo abrange também a pecuária, setor forte, ao lado da agricultura,

no Brasil. Assim, pode-se dizer que o agronegócio, além de ser evidenciado pela agricultura e pela pecuária, engloba, ainda, toda a cadeia produtiva, a partir destes dois setores e todas as ações decorrentes deles, a partir da exploração do solo para produção vegetal ou animal. Portanto, a tudo que envolve o negócio de produção vegetal e/ou animal, pode ser atribuído o conceito de agronegócio ou, ainda como preferem outros, o agribusiness ou, ainda, agrobusiness (PINTO, 2007)

O agronegócio não movimenta apenas o produto final, transformando-o em renda e divisas para o país, mas, internamente tem grande influência em uma larga escala secundária de produção, como na produção de máquinas, agrícolas, combustíveis, indústria química, indústria automobilística, transportes, construção civil, além de muitos outros setores afetados pela movimentação do setor agropecuário, gerando empregos em toda a cadeia produtiva.

Para demonstrar-se a importância do agronegócio e, mais especificamente o setor de produção agrícola, coletaram-se dados referentes a este setor, de 2007 a 2017, os quais são apresentados no gráfico 1 e na tabela 2;

**GRÁFICO 1 - AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, 2007 A 2017, EM R\$ MILHÕES**



Fonte (A autora, adaptado de CEPEA, 2017)



TABELA 2- PIB-renda do Agronegócio Brasileiro, 2007 a 2017, em R\$ Milhões de 2017

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Agronegócio Total (A+B+C+D)</b>	1.280.129	1.352.226	1.272.767	1.376.310	1.390.327	1.308.052	1.330.592	1.329.568	1.381.992	1.482.914	1.416.199
<b>A) Insumos</b>	57.185	71.534	58.388	59.216	63.844	65.727	68.103	66.067	64.562	65.406	61.709
<b>B) Agropecuária</b>	274.065	301.177	254.914	310.318	356.488	317.382	329.997	327.980	329.086	370.932	357.758
<b>C) Indústria</b>	416.103	421.646	418.295	430.367	410.853	398.339	397.162	394.567	409.895	428.243	409.461
<b>D) Serviços</b>	532.776	557.869	541.170	576.409	559.143	526.604	535.330	540.954	578.450	618.333	587.271
<b>Ramo Agrícola (A+B+C+D)</b>	966.047	977.555	926.302	998.597	1.039.412	997.446	959.383	915.861	942.441	1.039.944	<b>982.631</b>
<b>A) Insumos</b>	39.699	50.976	39.283	40.126	42.224	44.345	47.070	44.988	43.252	41.738	39.924
<b>B) Agropecuária</b>	211.326	204.965	172.730	216.011	263.026	238.659	221.323	204.662	208.071	247.530	236.011
<b>C) Indústria</b>	332.872	334.304	336.192	343.020	332.274	326.606	317.319	307.612	315.651	334.679	318.105
<b>D) Serviços</b>	382.151	387.310	378.097	399.440	401.888	387.837	373.671	358.599	375.467	415.997	388.591
<b>Ramo Pecuário (A+B+C+D)</b>	314.082	374.670	346.464	377.713	350.915	310.606	371.209	413.707	439.551	442.970	<b>433.567</b>
<b>A) Insumos</b>	17.486	20.558	19.105	19.090	21.620	21.382	21.033	21.079	21.310	23.668	21.784
<b>B) Agropecuária</b>	62.739	96.212	82.183	94.307	93.461	78.723	108.675	123.318	121.014	123.402	121.747
<b>C) Indústria</b>	83.231	87.342	82.103	87.347	78.579	71.734	79.843	86.955	94.244	93.565	91.356
<b>D) Serviços</b>	150.625	170.559	163.073	176.968	157.255	138.767	161.659	182.355	202.983	202.336	198.680

(Cont.)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Agronegócio Total (A+B+C+D)</b>	<b>618.054</b>	<b>710.174</b>	<b>717.330</b>	<b>841.025</b>	<b>920.264</b>	<b>934.578</b>	<b>1.022.027</b>	<b>1.101.374</b>	<b>1.231.419</b>	<b>1.428.880</b>	<b>1.416.199</b>
A) Insumos	27.609	37.569	32.908	36.185	42.259	46.960	52.310	54.728	57.528	63.023	61.709
B) Agropecuária	132.320	158.175	143.669	189.627	235.961	226.763	253.471	271.689	293.230	357.416	357.758
C) Indústria	200.897	221.444	235.750	262.985	271.945	284.606	305.060	326.847	365.235	412.639	409.461
D) Serviços	257.227	292.986	305.003	352.227	370.099	376.249	411.187	448.110	515.425	595.802	587.271
<b>Ramo Agrícola (A+B+C+D)</b>	<b>466.413</b>	<b>513.401</b>	<b>522.063</b>	<b>610.215</b>	<b>687.992</b>	<b>712.656</b>	<b>736.902</b>	<b>758.672</b>	<b>839.759</b>	<b>1.002.050</b>	<b>982.631</b>
A) Insumos	19.167	26.772	22.140	24.520	27.948	31.684	36.154	37.266	38.540	40.217	39.924
B) Agropecuária	102.029	107.645	97.350	131.998	174.098	170.517	169.998	169.536	185.401	238.511	236.011
C) Indústria	160.712	175.573	189.477	209.610	219.934	233.354	243.733	254.817	281.260	322.484	318.105
D) Serviços	184.505	203.411	213.095	244.087	266.012	277.102	287.017	297.053	334.558	400.839	388.591
<b>Ramo Pecuário (A+B+C+D)</b>	<b>151.641</b>	<b>196.773</b>	<b>195.267</b>	<b>230.810</b>	<b>232.272</b>	<b>221.922</b>	<b>285.126</b>	<b>342.702</b>	<b>391.660</b>	<b>426.829</b>	<b>433.567</b>
A) Insumos	8.443	10.797	10.768	11.666	14.311	15.277	16.155	17.461	18.988	22.806	21.784
B) Agropecuária	30.291	50.530	46.318	57.629	61.862	56.246	83.473	102.153	107.829	118.905	121.747
C) Indústria	40.184	45.871	46.273	53.376	52.012	51.252	61.327	72.031	83.975	90.155	91.356
D) Serviços	72.723	89.575	91.908	108.141	104.088	99.147	124.170	151.058	180.867	194.963	198.680

Fonte (CEPEA, 2017)

Por meio deste recente levantamento, é possível afirmar com precisão que a junção da agricultura, o agronegócio e a pecuária, nos últimos 10 anos atingiram índices relevantes de crescimento e contribuíram relativamente para saldos positivos do Produto Interno Bruto Brasileiro - PIB.

Esses dados mostram que o setor vem se tornando gradativamente um dos principais responsáveis por movimentar a economia nacional, refletindo em geração de emprego, alta na renda da população e contribuindo para um melhor controle da inflação.

Decisões tomadas que envolvam a economia e venham a atingir diretamente estes setores, deverão ser analisadas e fundamentadas, devido ao alto risco de prejudicar a arrecadação e a pauta exportadora, principalmente do agronegócio.

## 2.1 TRIBUTAÇÕES NO AGRONEGÓCIO

Como em outras atividades econômicas, o CAI também está sujeito a alta carga tributária existente em território nacional, abaixo elenca-se uma tabela com os principais impostos a que o setor está submetido:

**TABELA 3 - PRINCIPAIS TRIBUTOS INCIDENTES NO AGRONEGÓCIO**

ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
COFINS	Contribuição ao Programa de Seguridade Social
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social do Trabalhador
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
INSS	Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social
FUNRURAL	Contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IRPJ	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica
IRPF	Imposto de Renda sobre Pessoa Física
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
ISS	Imposto sobre Serviço Qualquer Natureza

Fonte: ADAPTADO BACHA (2008)

Para que empreendimento na agricultura tenha maior viabilidade econômica, além de desenvolver um estudo sobre o produto desejado, é necessário encontrar formas de reduzir lícitamente a alta carga tributária federal, estadual e municipal estabelecida pela legislação brasileira.

Dessa maneira, fazendo o uso dos incentivos e benefícios fiscais existentes, torna-se possível viabilizar formas de aumentar a rentabilidade dos negócios, esse planejamento para redução de pagamentos ao fisco também é conhecido como elisão fiscal<sup>1</sup>.

O agronegócio nacional tem despertado o interesse de muitos investidores e consequentemente recebido cada vez mais propostas de incentivos dos governos, pode-se citar que anualmente o Ministério da Agricultura (MAPA) conduz o Plano Anual Agrícola e Pecuário, o qual, demonstra as principais medidas a serem tomadas para o setor, principalmente relacionadas aos créditos e juros, cita-se as principais sendo; a) facilidade ao crédito; b) incentivos a infraestrutura, logística e irrigação; c) mais recursos destinados aos custeio e comercialização, entre outras. Mencionam-se também os benefícios fiscais remetidos ao setor por meio de inúmeros convênios acordados pelas Entidades Estatais.

O CAI também foi atingido pela isenção da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS) nas exportações de produtos industrializados, elaborados e semi elaborados.

## 2.2 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA (ICMS)

A legislação tributária no Brasil em um contexto geral tem preocupado especialistas, tema este que corriqueiramente vem sendo discutido em simpósios e encontros, em 2013 durante o simpósio da Aliança de Advocacia Empresarial o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux criticou a legislação principalmente na esfera tributária, Fux destacou a insegurança jurídica que as empresas enfrentam para exercer suas atividades, ainda acrescentou que “diariamente são quatro novos atos normativos editados, e o cidadão não pode ser

---

<sup>1</sup>Quando trata-se do tema elisão fiscal, utiliza-se como marco teórico os conceitos dos seguintes autores: Amaral (2002, p.49), A elisão fiscal é um conjunto de procedimentos previstos em lei ou não vedados por ela que visam diminuir o pagamento de tributos; Marins (2002, p. 31), A adoção pelo contribuinte de condutas lícitas que tenham por finalidade diminuir, evitar ou retardar o pagamento do tributo é considerada como prática elisiva.



pego de surpresa com as mudanças das leis” (HUMBERTO, 2013). Essas alterações criadas podem expor os contribuintes a interpretações diferentes.

A compreensão dos fundamentos básicos da tributação é de grande importância, assim é possível, analisar com eficácia os incentivos e benefícios fiscais que envolvem o Complexo Agroindustrial, tema principal do presente trabalho.

È sabido que, na atual sociedade, a evolução legislativa não acompanha os novos modelos de negócios, porquanto a necessidades de adaptação demandada pelos índices de metas e lucratividades é sempre maior que os trâmites procedimentais à atualização da legislação, em especial as normas tributárias. (MARTINS 2014, p.185)

O contribuinte é o principal interessado em adequar e adaptar seu negócio conforme as normas tributárias, somando a isso, é de suma importância entender os aspectos que influenciam a cobrança dos impostos. Especificamente sobre o ICMS, objeto principal de estudo desta pesquisa, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu art. 155, inciso II, c/c §2º, inciso II, dispõe o seguinte:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre:  
 (...)
 II Operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e prestações se incidem no exterior;  
 (...)
 § 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:  
 (...)
 II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação;  
 (...)
 X - não incidirá:  
 Sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (BRASIL,1988)

De regra geral esse imposto incidirá sempre que houver circulação de mercadoria. Para compreensão sobre a relação obrigacional tributária é importante verificar seu fato gerador, o qual ocorrerá quando houver:

Operações jurídicas que levam as mercadorias da produção para o consumo com fins lucrativos. Observando que, alcançando o consumo o bem deixa de ser mercadoria e o ICMS não pode ser cobrado, a menos que se reinicie o ciclo econômico readquirindo o “status” de mercadoria, passa a ser vendido como sucata, mercadoria usada etc (CARRAZA, 1998, p. 39).

Nesses termos, determinaram-se os parâmetros sobre a incidência e o nascimento da obrigação tributária deste imposto, a Constituição Federal em sua composição original também, atribuiu poderes aos Estados Membros para que leis complementares fossem instituídas, e a partir dessa norma surgiram também as inúmeras alíquotas diferenciando as operações interestaduais (BRASIL, 1988).

O nascimento da obrigação tributária poderá sofrer algumas alterações quando relacionados às isenções fiscais estabelecidas pelos Estados Membros.

## 2.3 CONVÊNIOS DO ICMS

Nos termos do art. 100 do Código Tributário Nacional- CTN, os convênios assinados entre órgãos públicos devem ser considerados como Normas Complementares.

Os convênios públicos são destinados a resolução de interesses convergentes. Normalmente quando firmados entre dois Estados Membros, o mesmo deve ser aprovado pelas Assembléias Estaduais e assim passam a ter a validade necessária. Para Marinela,

O convênio representa um acordo firmado por entidades políticas, de qualquer espécie, ou entre essas entidades e os particulares para realização de objetivos de caráter comum, buscando sempre interesses recíprocos, convergentes. Difere do contrato administrativo, tendo em vista que, neste, os interesses perseguidos são divergentes (MARINELA, 2014, p. 60)

O dever de conceder estes acordos relacionados ao ICMS é atribuído ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, impactando diretamente nos incentivos e benefícios fiscais atribuídos a este imposto. Quanto as normas a serem seguidas para as suas publicações, estão ajustadas conforme o Regimento do CONFAZ, publicada no Convênio ICMS 133/97.

Entre outras informações, o regimento indica que todos os reajustes ou convênios, deverão ser publicados no Diário Oficial da União em até dez dias da data da reunião em que foram celebrados.

## 2.4 PRINCIPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE

A Constituição Federal determinou que o ICMS receberia o princípio da não-cumulatividade, ou seja, o que for devido nas operações que circulam a mercadoria poderá ser compensado com valores cobrados nas anteriores, pelo seu próprio Estado ou outro (CARNEIRO, 2015, p. 283). Isto é, embora seja chamado de um imposto plurifásico incidindo em várias etapas da cadeia de circulação (Carneiro, 2015, p.292) é possível aproveitar o crédito tributário do imposto cobrado anteriormente.

É o que se extrai do seguinte embasamento:

Por meio do princípio da não cumulatividade do ICMS o constituinte beneficiou o contribuinte (de direito) deste tributo e, ao mesmo tempo o consumidor final (contribuinte de fato), a quem convém preços mais reduzidos ou menos gravemente onerados pela carga tributária (CARRAZA, 2008, p. 175).

Entende-se que de certa forma a carga tributária incidente sobre a circulação de mercadoria alcançou um benefício. Atribui-se à cadeia de compra e venda de produto/insumo o sistema de compensação conhecido como débito X crédito. O Débito adquirido da operação de compra de mercadoria gera um crédito, e este poderá ser utilizado na próxima operação.

## 2.5 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Como visto nas linhas anteriores, haverá a incidência do ICMS sempre que houver a circulação de mercadoria, ou seja, até que o produto encontre o consumidor final. Essa cadeia de circulação dificultava o controle e a fiscalização deste imposto. Para facilitar a arrecadação do referido tributo, foi instituído a obrigação legal do recolhimento deste imposto por uma terceira pessoa, chamado de substituto tributário (BACHA, 2009, p. 48).

A própria Constituição Federal em seu Art. 155, § 2º, XII, 'b', determinou que os assuntos relacionados a Substituição Tributária fossem abordados por meio das Leis Complementares.

Não aprofundaremos neste assunto para não desvirtuar o escopo do presente trabalho.

## 2.6 A ARRECADAÇÃO DO ICMS NA ESFERA NACIONAL

Existe um conflito de legislação envolvendo a arrecadação do ICMS, pois, dos vinte e sete Estados diferentes, cada qual tem suas legislações específicas, para este tributo. O reflexo positivo que o mesmo representa para a esfera estadual e federal justifica tantos impasses, sejam eles envolvendo as isenções os benefícios e até mesmo as alíquotas. Com isso, rapidamente propagou um termo conhecido como ‘guerra fiscal’, assim, os Estados Membros atingem certa competitividade e instigam a participação de investidores na economia interna.

No quadro a seguir destacamos um estudo realizado no ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), encomendado pela Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP), o qual identificou que o ICMS ocupa o primeiro lugar nas arrecadações públicas. O referido imposto é visto pelos Estados Membros como a principal fonte de receita. Abaixo, é possível identificar o quão importante é essa arrecadação, conforme a **TABELA 4**:

**TABELA 4 - ARRECADAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO E TÍTULO**

<b>Tributo</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
<b>Federal</b>	<b>596.349.853.918,73</b>	<b>59,63%</b>
Previdência	170.865.119.026,56	17,09%
IR	154.163.346.506,53	15,42%
COFINS	90.230.385.409,37	9,02%
FGTS	52.836.574.829,88	5,28%
CSLL	33.064.434.074,32	3,31%
PIS/PASEP	24.260.570.677,40	2,43%
IPI	19.985.920.299,98	2,00%
Outros	18.906.023.626,07	1,89%
IOF	14.955.626.283,53	1,50%
II	14.749.735.795,98	1,47%
CIDE	2.168.325.728,93	0,22%
ITR	98.278.293,92	0,01%
FUNDAF	48.636.191,85	0,005%
IE	16.877.174,40	0,00%

(Cont.)

<b>Tributo</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
<b>Estadual</b>	<b>292.974.307.733,12</b>	<b>29,30%</b>
<b>ICMS</b>	<b>182.992.082.274,19</b>	<b>18,30%</b>
IR	35.533.264.414,89	3,55%
Previdencia	26.726.751.708,99	267%
IPVA	26.604.658.406,28	2,66%
Taxas	12.572.421.217,61	1,26%
Outros	6.295.917.206,40	0,63%
ITCMD	2.249.212.504,77	0,22%
<b>Municipal</b>	<b>110.675.838.348,15</b>	<b>71,07%</b>
ISS	54.748.720.533,25	5,47%
IPTU	25.998.677.746,94	2,60%
Taxas	18.809.702.069,85	1,88%
ITBI	11.118.737.998,12	1,11%
Total	1.000.000.000.000,00	100%

Fonte: Associação Comercial do Estado de São Paulo ACSP (2016)

Além disso, por meio de estudos realizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), foi possível identificar que, durante o ano de 2017, a região Sul e Sudeste destacou-se como a principal fonte arrecadadora do ICMS em território nacional. Ao que tudo indica isso se deve ao elevado índice populacional e a grande capacidade industrial que a região atingiu. Veja-se a **TABELA 5**:

**TABELA 5 - ARRECADAÇÃO DO ICMS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA – 2017**

<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>	
<b>Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ</b>	
<b>Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE</b>	
<b>Acumulado no ano</b>	
<b>REGIÃO</b>	<b>(jan-dez) %</b>
<b>NORTE</b>	4.8
<b>NORDESTE</b>	16.9
<b>SUDESTE</b>	50.2
<b>SUL</b>	18.4
Paraná	6.7
Santa Catarina	4,4
Rio Grande do Sul	7,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	9.7

Fonte: Adaptado: Conselho Nacional de Política Fazendária (2017)

A pesquisa acima aponta que apenas a arrecadação do Estado do Paraná supera os valores arrecadados de toda a região norte. Essa receita deficitária é sentida diretamente na sociedade, quando partimos dos princípios Constitucionais que os valores arrecadados serão investidos em obras de melhorias e em propostas que tem como objetivo principal o bem comum da população.

Os números demonstrados nos quadros anteriores espelham o quão importante é a arrecadação deste tributo. A respeito dessa receita, a Constituição Federal estabeleceu, em seu art. 158, que parte dessas arrecadações deveria ser fragmentada, conforme abaixo:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

(...)

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

A determinação de que 25% da arrecadação é destinada aos Municípios também é regida por Leis Complementares que determinam o valor que será partilhado entre eles, regra esta que da mesma forma está prevista na Constituição Federal no art. 161.

Segundo o Presidente da Federação da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP) Alencar Burti, a importância da arrecadação realizada pela cobrança do ICMS justifica uma reforma para simplificar o sistema, não só dos contribuintes, mas, para o próprio fisco “a burocracia decorrente do ICMS resulta em alto custo e grande risco para os empresários”.

## 2.7 A LEI KANDIR

Como demonstrado no texto anterior a Constituição Federal estabeleceu em seu art. 155, a imunidade dos produtos industrializados e ordenou que leis complementares dispensassem a cobrança nos produtos destinados a exportação conforme o interesse de cada Estado- Membro, mas, não definiu com clareza o que deveria ser considerados como produtos industrializados/semi-elaborados.

Houve então a necessidade de esclarecer as informações trazidas no inciso X do art. 155 da Constituição Federal, com isso surgiu a Lei Complementar nº 65/1991, a mesma preencheu com clareza a lacuna deixada nas legislações anteriores.

No entanto, a Lei Complementar nº 65/1991 permitiu que uma quantidade elevada de produtos passassem a ser classificados como produtos semi-elaborados, havendo, sobre todos estes, a incidência do ICMS. A seguir destacam-se os produtos que passaram a ser abordados por esta legislação:

Art. 1º É compreendido no campo de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação (ICMS) o produto industrializado semi-elaborado destinado ao exterior:

“I que resulte de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral sujeita ao imposto quando exportada in natura.

II - cuja matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral não tenha sofrido qualquer processo que implique modificação da natureza química originária.

III - cujo custo da matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral represente mais de sessenta por cento do custo do correspondente produto, apurado segundo o nível tecnológico disponível no País.

- que resulte de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral sujeita ao imposto quando exportada in natura.

II - cuja matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral não tenha sofrido qualquer processo que implique modificação da natureza química originária.

III - cujo custo da matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral represente mais de sessenta por cento do custo do correspondente produto, apurado segundo o nível tecnológico disponível no País (BRASIL, 1991).



A execução da referida lei atingiu diretamente os produtos destinados à exportação, conseqüentemente alcançou a agricultura, o que ocasionou um desconforto para muitos setores, alegavam que a competitividade seria prejudicada pela alta carga tributária determinada.

Esses fatores alinhados com a chegada do plano real em meados de 1994 contribuiriam negativamente nas operações de importações x exportações, então no ano subsequente a entrada da nova moeda Balança Comercial começou a operar deficitária (FILGUEIRAS, 2006, p. 106).

Houve então a necessidade de reverter o quadro econômico nacional, foi nesse período que o Deputado Antonio Kandir apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Lei Complementar- PLC nº 95/96, a qual, dentre outros fatores tinha como objetivo principal, aumentar a competitividade novamente nas exportações, e alcançar novamente os números favoráveis ao crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro.

O Congresso Nacional Brasileiro aprovou esta proposta, e assim surgiu a Lei Complementar nº 87/96, que dentre outras alterações, trouxe a desoneração do ICMS para as exportações de produtos elaborados e semi- elaborados. Concomitantemente a Lei Complementar nº 87/96, trouxe outro incentivo à exportação que foi o de aproveitamento integral do crédito de imposto relativo aos insumos utilizados nos produtos exportados

Art. 3º O imposto não incide sobre:

...

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados e semielaborados, ou serviços;

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

- Empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;
- Armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro (BRASIL,1996).

Entretanto, essa desoneração, prevista na legislação, e o chamado aproveitamento de crédito, têm acarretado muitos conflitos, pois implica em perda da chamada receita fiscal para seus Estados (KUME, PIANI, 1997).

Muitos Estados eram dependentes das receitas obtidas pela tributação deste imposto na exportação. Com os prejuízos atribuídos a esta desoneração a União decidiu compensá-los transferindo recursos para os Estados Membros considerados



prejudicados (BRASIL, 1996). Com o passar dos anos, os valores destinados a estas compensações foram diminuindo com a alegação de que houve um crescimento da arrecadação do ICMS. No entanto, a Lei Complementar nº 102/2000 manteve estes repasses.

A chamada compensação, de fato, não atendido as expectativas dos Estados Membros, devido a grande morosidade para tais compensações, e quando os repasses conseguem chegar aos Estados Membros os valores não alcançam a compensação necessária. Recentemente esse problema chegou ao Supremo Tribunal Federal, o estado do Pará ajuizou o processo chamado de ADO 25 (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão), e no dia 30 novembro de 2016 o STF decidiu procedente o pedido realizado conforme Acórdão e concedeu o seguinte parecer:

Fixa-se prazo de 12 meses para que o Congresso Nacional edite lei complementar regulamentando os repasses de recursos da União para os estados e o Distrito Federal em decorrência da desoneração das exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com a decisão, se ainda não houver lei regulando a matéria quando esgotado o prazo, caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar regras de repasse e calcular as cotas de cada um dos interessados (BRASIL, 2016).

O STF reconheceu a inconstitucionalidade por omissão, pois, não foi cumprida a determinação constitucional, mesmo anos após essas transferências de recursos terem sido autorizadas e determinadas pela legislação.

A omissão legislativa ocorre quando o legislador não reage de forma correta fazendo com que a ordem Constitucional se torne devidamente cumprida. Para Silva, a omissão constitucional pode ser definida como;

Verifica-se nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais (art. 103, § 2º). Muitas destas, de fato, requerem uma lei ou uma providência administrativa ulterior para que os direitos ou situações nelas previstos se efetivem na prática. Se esses direitos não se realizam porque o legislador não produziu a lei, ou o administrador não criou o ato, dá-se uma omissão inconstitucional, surgindo daí o pressuposto para a propositura de uma ação de inconstitucionalidade por omissão, visando a obter a elaboração da lei ou a prática do ato.

É importante destacar que além de os Estados Membros participantes da pauta exportadora serem prejudicados pela falta de arrecadação do ICMS, eles

também são obrigados a manter os créditos de ICMS dos insumos que foram utilizados na exportação.

De certo modo os benefícios propostos na Lei não são amparado proporcionalmente para todos os Estados-Membros, sobretudo os que exportam com mais frequência.

## 2.8 PROJETOS DE LEI E EMENDAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA

Diante das informações expostas nos capítulos anteriores, é possível identificar que os problemas que envolvem a Lei Kandir, vão além dos impasses tributários. A competência legislativa desta lei impediu a autonomia dos Estados Federativos, em tributar os produtos destinados à exportação, se tornando dependentes do auxílio da União para receber fundos compensatórios, assim não seriam prejudicados diretamente pela falta de receita atribuída à desoneração do ICMS. Entretanto, é compreendido que existe certa demora em de fato, o repassar estes ressarcimentos.

Analisando a desoneração sob a ótica industrial, encontramos muitos empresários preocupados com possibilidade do término deste benefício, alegando que seriam prejudicados, pois haverá a incidência de uma alta carga tributária no Brasil, complementam ainda que desestimulassem a competitividade.

O Complexo Agroindustrial certamente ajuda a compor o grupo de empresários que desaprovam a volta da tributação, pois grande parcela dos produtos exportados faz parte do agronegócio.

Recentemente este assunto foi retomado pelo Senado Federal, e foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Proposta de Emenda Constitucional nº37 de 2007, que reacende novamente a possibilidade tributar os produtos destinados à exportação.

A proposta elaborada pelo Senador Flexa Ribeiro, vem fundamentada com seguinte trecho:

É chegada a hora de sepultarmos essa desoneração provocada pela Lei Kandir, porque a União nunca ressarcir a contento os Estados das perdas dela decorrentes. Mesmo agora, no âmbito da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, criada com a aprovação pelo Congresso Nacional do RQN nº 2, de 2017, a União não demonstra boa-vontade para tratar do assunto e trabalha para manter a ausência de regras claras. A única forma

de preservar a autonomia federativa dos Estados é suprimir a desoneração do ICMS prevista na Lei Kandir mediante emenda constitucional, como ora feito, sobre a qual o Poder Executivo não dispõe de poder de veto” (BRASIL, 2017)

Em 27 de novembro de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concedeu um parecer favorável a proposta, a agora se encontra aguardando a votação do Senado Federal. Em suma, o Congresso Nacional, seguindo a forma prevista no art. 60, §2º, da Constituição Federal, definirá como será o futuro da incidência e arrecadação do ICMS pelos Estados Membros.

## 2.9 PRODUÇÃO DA SOJA

Os primeiros registros dos cultivos da soja foram encontrados na Ásia entre os anos de 2883 e 2838 a.c (EMBRAPA, 2018). Desde então atravessaram muitos séculos, e com isso o cultivo da planta sofreu diversas modificações.

De acordo com a APROSOJA (2014), Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, a primeira referência histórica sobre a soja, foi encontrada em documento de cerca de 5 mil anos, escrito pelo imperador da china, Shen-nung, a quem se atribui o fato de ter sido o primeiro a cultivar a soja, em uma tentativa de substituir, pelo grão, a carne animal. Já em 200 a.C. tem-se conhecimento da produção, a partir da soja, do Tofu, o qual era uma espécie de queijo processado a partir do leite de soja coalhado, o que sugere que os chineses, naquele período, já conheciam as propriedades alimentícias benéficas da soja.

A soja de cinco milênios atrás difere muito da soja que conhecemos hoje: eram plantas rasteiras que se desenvolviam ao longo dos rios e lagos – uma espécie de soja selvagem. O processo de “domesticação” da soja ocorreu no século XI a.C., a partir de cruzamentos naturais feitos por cientistas chineses. Neste momento, a soja era encontrada principalmente na região oriental do Norte da China, onde se cultivava trigo de inverno.

A partir daí, a soja começa a ser introduzida no Sul da china, indo para a Coréia, o Japão e outros países do atual Sudeste da Ásia. Registros históricos indicam que a expansão da cultura da soja foi lenta: teria chegado à Coréia e desta ao Japão no século III depois de Cristo (d.C.) – ficando até então restrita à China. No Ocidente, o grão surge no final do século XV e início do século XVI, época das chamadas grandes navegações européias (APROSOJA, 2014).

As primeiras informações da Soja no Brasil foram por meio de pesquisas realizadas na Escola de Agronomia da Bahia em meados dos anos de 1882 (Canal

Rural, 2017), naquela época o valor nutricional existente na planta ainda era desconhecido.

Efetivamente a sua produção em terras brasileiras iniciou a partir do ano de 1914, (CANAL RURAL, 2017), no Rio Grande do Sul. Desde então, muitos estudos foram desenvolvidos, para suas modificações genéticas e para que seu cultivo pudesse ser realizado em regiões mais quentes. Devido a isso o Estado do Mato Grosso conseguiu se consagrar como o maior produtor nacional do grão.

O quadro abaixo informa à importância que o cultivo dessa planta representa para economia nacional:

**TABELA 6 – PRODUÇÃO DE SOJA**

<b>LOCALIDADE</b>	<b>PRODUÇÃO EM TONELADAS</b>
<b>MUNDO</b>	<b>351,311</b>
ESTADOS UNIDOS (1º PRODUTOR MUNDIAL)	117,208
<b>BRASIL</b>	<b>113,923</b>
MATO GROSSO	30,514
PARANÁ	19,534
RIO GRANDE DO SUL	18,714

Fonte: Adaptado (EMBRAPA, 2017)

O levantamento realizado demonstra que o Brasil está atrás apenas dos Estados Unidos, mas, de acordo com muitos especialistas, caso a demanda aumente ainda um grande potencial para a expansão, portanto ainda é possível que se alcance e consolide como o maior produtor e exportador mundial. A soja é uma planta que possui grandes valores nutricionais ela é utilizada tanto na alimentação dos humanos quanto de animais, mas no Brasil ainda não é consumida na mesma velocidade que as regiões asiáticas, devido a isso, a China conhecida pela sua potência mundial, é a principal compradora dos produtos desse setor exportado;

#### 2.9.1 A Produção de Soja no Brasil

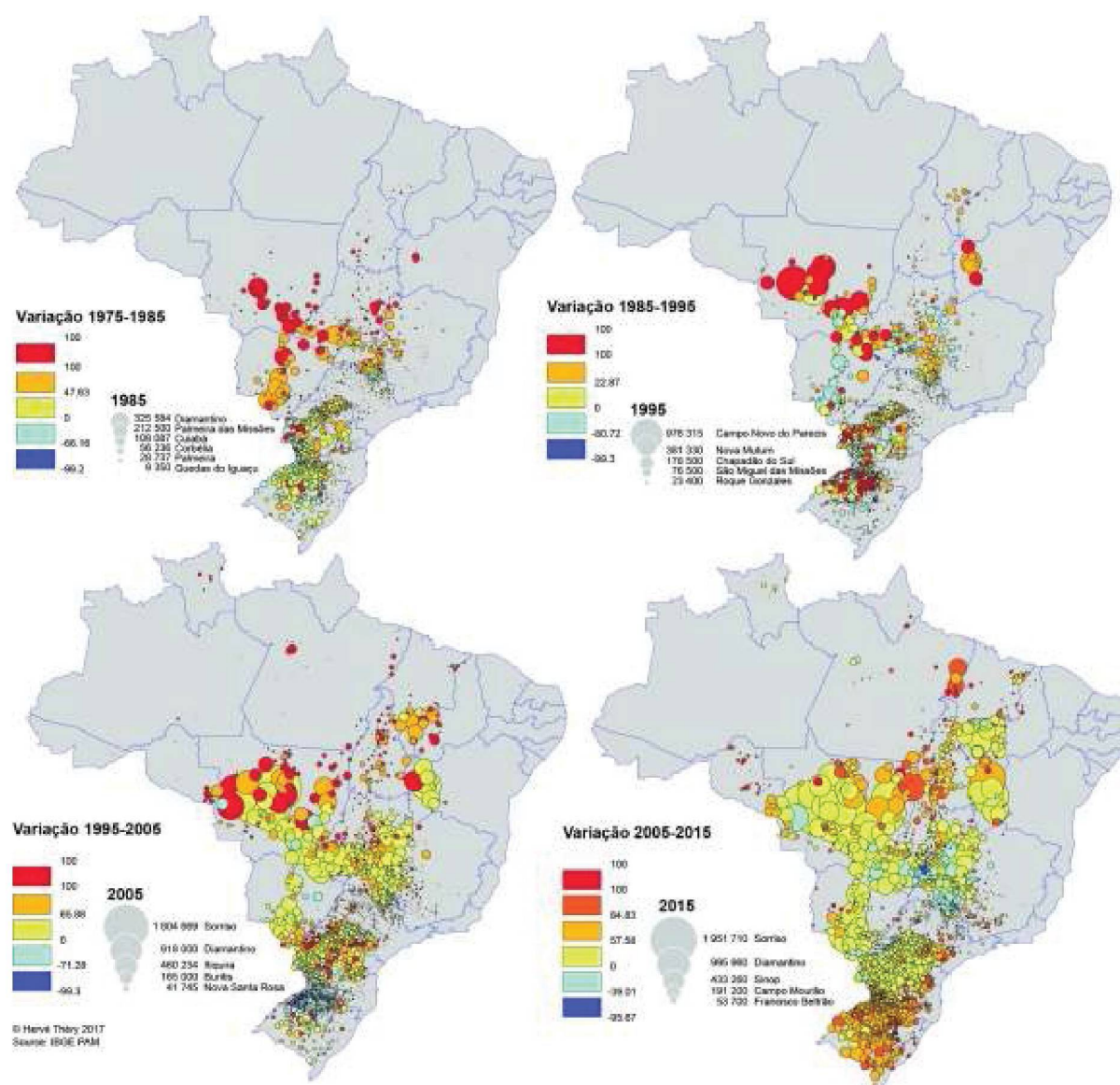
A produção de soja em larga escala iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, quando, então, o Brasil começou a exportar o grão e seus derivados, tornando-se

uma cultura crescente no decorrer do tempo, avultando-se cada vez mais e mais exportando, tendo ultrapassado os Estados Unidos da América, também grande produtor e exportador de soja (KNORR, 2017).

Da década de 1970 em diante, a produção tem aumentado consideravelmente, colocando o Brasil entre os maiores exportadores do mundo.

A variação, por décadas, pode ser vista na figura 1.

**FIGURA 1 – EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA NO BRASIL**



Fonte: (KNORR, 2017)

Pode-se observar na figura 1 que o cultivo se iniciou na década de 1970, de forma tímida se comparada com a produção atual. Tem-se a região sul do país como a principal região de produção, inicialmente, seguida pela região centro oeste. No



entanto, o crescimento, no decorrer das quatro décadas, foi substancial, mesmo tendo, ainda, estas duas regiões como maiores produtoras de soja, o aumento foi consideravelmente grande e expandiu-se para a região norte e nordeste.

## 2.9.2 A exportação do complexo soja

A alta demanda nacional e internacional é uma consequência das diversas formas de utilização do grão da soja esses fatores aliados ao baixo custo de produção e as altas competitividades no mercado internacional contribuem diretamente para a primeira posição na lista dos produtos mais exportados.

Destaca-se abaixo um levantamento realizado pelo SEBRAE, informando que durante os anos de 2015 e 2016 ela se manteve na mesma posição (primeira) da pauta exportadora dos produtos brasileiros.

O QUADRO 1 apresenta dados sobre a exportação.

**QUADRO 1 – EXPORTAÇÃO**

Os 10 produtos mais exportados pelo Brasil 2015/2016			
2015		2016	
Item	US\$ (FOB)	Item	US\$ (FOB)
Soja, mesmo triturada, exceto para semente	20.981.829.291	Soja, mesmo triturada, exceto para semente	19.327.390.501
Óleos brutos de petróleo	11.781.308.300	Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	11.575.969.901
Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	10.378.928.216	Óleos brutos de petróleo	10.073.797.268
Outros açúcares de cana	5.899.281.601	Outros açúcares de cana	8.279.525.308
Café não torrado, não descafeinado, em grão	5.555.373.845	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, de não coníferas	5.128.887.287
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, de não coníferas	5.342.874.857	Café não torrado, não descafeinado, em grão	4.842.976.634
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	5.003.245.433	Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	4.331.444.427
Milho em grão, exceto para semente	4.932.413.460	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.952.487.378
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.958.788.803	Milho em grão, exceto para semente	3.651.440.897
Carnes desossadas de bovino, congeladas	3.953.397.095	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, etc.	3.644.586.871

Fonte: (SEBRAE, 2017)



O grande volume atingido nas exportações da soja, de fato, vem contribuindo significativamente para resultados positivos da balança comercial brasileira, ela tem ajudado a sustentar a economia brasileira e ainda contribui para o Produto Interno Bruto Nacional.

Para que se possa estimar a grandiosidade da importância do cultivo desta planta, deve-se observar que, em 2011, a Soja movimentou apenas na exportação cerca de 24 bilhões de dólares, gerando cerca de 1,5 milhões de empregos (ABIOVE, 2018).

Nos últimos dez anos, o crescimento da exportação deste produto foi contínuo e a expectativa é positiva para o ano de 2018.

**TABELA 7 - BALANÇO OFERTA DEMANDA DA SOJA EM TONELADAS**

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (P)
<b>1 Soja</b>											
Exportação	24.499	28.560	29.073	32.986	32.916	42.796	45.692	54.324	51.582	68.155	70.400
<b>2. Farelo</b>											
Exportação	12.699	12.124	13.849	14.451	13.885	13.376	13.817	14.796	14.238	14.383	16.800
<b>3. Óleo</b>											
Exportação	2.222	1.517	1.490	1.782	1.764	1.383	1.295	1.665	1.257	1.340	800

Fonte: (ABIOVE, 2018)

A demanda da Soja, conforme visto e provisionado pela Associação Brasileira das Indústrias e Óleos Vegetais (ABIOVE), continua sendo progressiva. O mercado se mantém aquecido e ainda é possível ampliar as divisas, atendendo a expectativa da economia.

No entanto, com a estimativa de que os Governos Estaduais deixaram de arrecadar em torno de 33 milhões na desoneração do ICMS somente com a soja as expectativas de crescimento podem ser ameaçadas e possivelmente alteradas, caso hipoteticamente ocorrer a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 37 de 2007.

Conforme dados levantados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a indústria nacional transforma hoje por ano cerca de 30,7 milhões de toneladas de soja, produzindo 5,8 milhões de toneladas de óleo comestível e 23,5 milhões de toneladas de farelo protéico. Além disso, a soja e o farelo de soja

brasileiro possuem alto teor de proteína e padrão de qualidade Premium, o que permite sua entrada nos mercados extremamente exigentes da União Europeia e do Japão. A soja também constitui uma alternativa para a fabricação do biodiesel, combustível capaz de reduzir a emissão dos gases causadores do efeito estufa na atmosfera (MAPA, 2012).

Conforme o MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento nas projeções de 2010/2011 a 2020/2021, as estimativas para soja grão indicam uma produção brasileira de 86,5 milhões de toneladas em 2020/2021. Essa projeção é maior em cerca de 17,8 milhões de toneladas em relação ao que o Brasil deve produzir na safra de 2010/2011. A taxa de crescimento anual previsto para a produção é de 2,3% no período da projeção, 2010/11 a 2020/2021. Essa taxa está próxima da taxa mundial para os próximos dez anos, estimada pelo FAPRI – *Food and Agricultural Policy Research Institute* (2009) em 2,30% ao ano. O consumo doméstico de soja em grão deverá atingir 45,6 milhões de toneladas no final da projeção, representando 52,7% da produção. No consumo projeta-se crescimento a uma taxa anual de 1,9% (MAPA, 2011).

Segundo a Figura 3. Projeção da produção, exportação e consumo de soja do MAPA, as exportações de soja projetadas para 2020/2021 são de 40,7 milhões de toneladas. Representam um aumento de 11,7 milhões de toneladas em relação à quantidade exportada pelo Brasil em 2010/11. A taxa anual projetada para a exportação de soja em grão é de 3,2%. Essa taxa é quase igual à taxa mundial projetada pelo FAPRI – *Food and Agricultural Policy Research Institute* para os próximos anos (MAPA, 2012).

Projeções de Produção 2010/2011 a 2020/21, os produtos mais dinâmicos e com maior potencial de crescimento da produção no agronegócio brasileiro encontra-se a soja, entretanto os demais produtos como o algodão, carne bovina, carne de frango, açúcar, papel e celulose também fazem parte deste rol. O crescimento da produção agrícola deve continuar acontecendo, entretanto, com base na produtividade. As projeções indicam que entre 2011 e 2021 a produção de grãos (soja, arroz, feijão, milho e trigo) deve aumentar em 23%, enquanto a área deverá expandir-se em 9,5% (MAPA, 2011).

Segundo Darolt (2000) e Skora Neto (1998), a produção de soja orgânica esta baseada na utilização de matéria orgânica e nos fertilizantes minerais naturais pouco solúveis. O aporte dos elementos fundamentais como P, K, Ca, Mg é realizado com

o uso de farinha de ossos, rochas moídas ou as substâncias tratadas termicamente como fosfato natural, sulfato de potássio, sendo estimulado o uso de calcário. No caso dos microelementos como Bo, Fe, Zn, Cu, Mn e outros se utilizam a forma quelatizada, ou seja, tem uma absorção maior e mais rápida por meio da fermentação da matéria-prima em solução de água, esterco e aditivos energéticos conhecidos também como biofertilizantes. Os métodos empregados para o manejo de pragas e doenças no sistema orgânico podem ser assim sintetizados: no aumento da resistência das plantas através do manejo adequado e espécies adaptadas aos biofertilizantes; controle biológico e a utilização de feromônios; e a proteção física com repelentes e tratamentos curativos a base de produtos naturais. Em termos de preparo de solo não existem diferenças entre os dois sistemas, sendo recomendado o uso de implementos que façam um corte eficiente na palha e que movimentam o mínimo possível o solo na linha de plantio. No caso da adubação, além de diferenças técnicas, existem abordagens distintas. No sistema orgânico o que se busca não é a simples nutrição da planta, mas, sobretudo, a melhoria da alimentação do solo e do sistema.

Para Canziani (2012), a principal referência para a comercialização da soja e derivados no Brasil é a Bolsa de Chicago (CBOT – Chicago Board of Trade). A partir dos preços da Bolsa, os agentes calculam os preços de paridade para qualquer localidade do país e nível de mercado. E as “tradings” quando realizam a “originação” ou compra da matéria-prima soja em grão (no atacado ou diretamente do produtor) realizam imediatamente operações de “hedge” do preço em Chicago e do prêmio no mercado a termo brasileiro. O valor do prêmio representa a diferença entre o preço da soja no mercado local e o preço na Bolsa de Chicago. O prêmio pode ser negativo ou positivo. Quando o seu valor é negativo significa que o preço local é menor do que o preço na Bolsa de Chicago, e vice-versa. O mercado de balcão é utilizado principalmente por produtores que depositam sua produção em armazéns de terceiros (cooperativas, cerealistas, indústrias). No mercado de lotes ocorrem as transações entre empresas (cooperativas, cerealistas e indústrias) e do qual participam, também produtores que possuem armazém próprio; Os preços no mercado de lotes são superiores aos do mercado de balcão por duas razões básicas: o volume transacionado é maior; e os valores incluem os custos de armazenagem e os ganhos do intermediário que adquire o grão do produtor.

### 2.9.3 Custos com a exportação

Para entender melhor os custos com o transporte para a exportação, pode – se mencionar as distâncias percorridas até chegar ao porto para a exportação, segundo um estudo realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, utilizando como referencia os três maiores produtores mundiais, a média de quilometragem gasta da região produtora até o principal porto na Argentina (terceiro maior concorrente do Brasil, são de 200 a 300 Quilômetros. Nos Estados Unidos, concorrente principal embora essa distancia seja maior, parte do transporte ocorre por hidrovias, barateando o processo. No Brasil além das distancias serem relativamente relevantes, o processo é realizado integralmente pelos métodos rodoviários.

A FIGURA 2 representa em dólares por tonelada os valores apenas do transporte, para o início do processo de exportação da soja:

**FIGURA 2 - LOGÍSTICA E CUSTO COM O TRANSPORTE PARA A EXPORTAÇÃO DA SOJA**



Fonte: Centrogrãos, Caramuru and SoyTransport Coalition, BCR Rosário, USDA

Esta Pesquisa foi realizada no Município de Sorriso no Mato Grosso, devido o Estado ser o maior produtor da planta em território nacional (EMBRAPA, 2017). O segundo passo para a exportação são os envios das matérias primas realizadas por meio dos portos, somando ainda ao elevado custo do transporte, mencionamos

ainda a falta de estrutura dos portos e as altas taxas portuárias, encarecendo ainda mais o processo de exportação.

A aprovação desta Proposta coloca em risco a competitividade internacional, caso esta lei seja sancionada pelo Senado Federal, de fato, vamos observar uma decadência nas exportações que será transferida diretamente para a economia brasileira, especialistas mencionam também uma possível nova onda de desemprego.

Uma menor onerosidade dos repasses da União talvez auxiliasse para mais um arquivamento, mas de longe não é possível prever a solução de tais impasses, muitos fatores apenas contribuem para essas discussões, como a própria complexidade da legislação.

## 2.10 O ATUAL CENÁRIO DA EXPORTAÇÃO DA SOJA SOB ÓTICA DOS IMPASSES DA LEI KANDIR

Discussões sobre reformas do sistema tributário são reacendidas de tempos em tempos, mas nenhuma atemoriza tanto o agronegócio como a da possibilidade de se tributar seus produtos novamente na exportação. Desde 1996, com o incentivo alcançado pela Lei Kandir, não há tributação na saída destas mercadorias. A opinião do Presidente da APROSOJA do estado do Mato Grosso (um dos estados com maior produção do grão) deixa claro o repúdio a essa possibilidade, para Endrigo Dalcin:

Ficou claro que a solução não é criar impostos sobre a produção, mas sim possibilitar a diversificação da produção, com sua verticalização. Antonio Kandir é até hoje reconhecido como aquele que deu seu nome a uma lei que possibilitou o crescimento do agronegócio e acreditamos que nenhum parlamentar gostaria de ter seu nome vinculado a criação de leis que irão desestimular a criação de empregos e concentrar a produção junto a grades grupos empresariais, prejudicando milhares de pequenos e médios produtores do Mato Grosso (DALCIN, 2015,)

A soja representa a principal fonte positiva para o bom andamento da Balança Comercial, para os especialistas ela já sofre com a alta do dólar nas operações financeiras internacionais. Eles atribuem que esta proposta de revogação da Lei Kandir se deve ao fato da atual economia estar em declínio e o governo enxergar por meio dessa revogação a possibilidade de aumentar a sua arrecadação.



Logo após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emitir o parecer favorável a revogação da Lei Kandir, A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC, emitiu uma nota destinada ao Senado Federal, rejeitando a possível aprovação desta proposta, entre outras informações destacaram que “antes de trazer um benefício, a Lei Kandir veio como uma compensação aos altos custos, tanto de produção como os de transporte, devido a deficiência da infraestrutura que o setor detém”.

O Senado Federal acusou o recebimento e anexou a nota ao processo da Proposta de Emenda Constitucional.

## 2.11 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Conforme relatado nos capítulos anteriores, a Constituição Federal de 1988 previu e instituiu normas para a tributação do ICMS, e conferiu poderes a cada Estado pertencente a Federação Brasileira para outorgar sobre isenções, e benefícios de acordo com a economia Intra-estadual.

A Lei Kandir surgiu com o intuito de editar o texto previsto no art. 155 parágrafo 2º, inciso X, alínea a, da própria Constituição, desonerando o ICMS na exportação de alguns produtos, o que atingiu diretamente as commodities.

A própria Lei Kandir em seu art. 31º definiu um sistema de compensação para os estados que seriam prejudicados com futuros prejuízos pela falta de arrecadação, compensando-os com repasses realizados pela União. Contudo, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 37/2007 esse benefício poderá ser revogado.

Neste contexto, é possível verificar que ao aprovar a Lei Kandir a União respeitou o Pacto Federativo, visando manter a integridade das receitas tributárias nacionais, favoreceu os saldos da balança comercial, e atingiu principalmente os setores produtivos voltados a exportação, garantindo a competitividade, tendo em vista que a carga tributária brasileira é maior do que os demais países exportadores. É dever da União” garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza” (Brasil, 1988).

Diante destas informações é possível contestar a Proposta de Emenda Constitucional 37/2007, ou seja, revogando este benefício que anteriormente foi determinado expressamente por Lei Complementar, adentra-se nos termos que estabelece e rege questões envolvendo as competências tributárias.



Anteriormente a Constituição Federal determinou que coubesse aos Estados Membros decidirem quando haveria a incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria, originando a obrigatoriedade tributária a partir deste princípio, portanto acrescendo, alterando ou suprimindo o texto original da Lei Kandir, o legislador retira o poder dos Estados Membros em fixar normas sobre a real tributação do ICMS.

Em um momento que a economia começa a deixar a recessão e volta novamente a se estabilizar, a aprovação da Proposta, vem contra ao progresso desejado, com argumento de que os Estados estão em calamidade financeira.

Tais prejuízos poderiam ser sanados caso não houvesse omissão da União em não realizar os repasses conforme previsto em Lei. A Aprovação da PEC 37/2007 prejudicará o agronegócio devido ao aumento da carga tributária, o mesmo que sustenta hoje valores significativos na Balança Comercial e Produto Interno Bruto.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS**

A tipologia aplicada para este trabalho quanto aos objetivos foi de caráter descritiva e explicativa, sendo que suas características mais significativas foram na coleta de dados levantada por meio de opiniões já formadas de autores e especialista específicos da área do referido assunto.

Com base em artigos já escritos, foram realizadas comparações com os benefícios que a Lei Kandir trouxe para o Complexo soja e se os prejuízos que são corriqueiramente questionados, de fato, são relevantes para a economia da União e seu estados.

A abordagem foi em caráter qualitativo devido a forma com que os levantamentos de dados foram realizados, estes que em sua maioria se deram através dos pareceres técnicos e obtidos através de alguns escritores que o assunto possui. Para viabilizar a delimitação do tema essa pesquisa manteve-se como base a Constituição Federal, legislação aplicada ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) para a exportação de produtos agrícolas e a Lei Complementar nº 87/96.

#### **3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA**

Para uma melhor compreensão do problema que esta pesquisa apresenta aos seus leitores foram adotados procedimentos através de métodos qualitativos, devido a complexidades das discussões atribuídas aos assuntos assim como as contestações que o agronegócio enfrenta para expandir sua matéria prima ao mercado externo, muitas opiniões de especialista são encontradas através de meios de comunicações como jornais e revistas, ajudando de maneira global a entender as dificuldades que o ramo dessa atividade tem enfrentado.

### 3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS

O procedimento de investigação utilizado foi de pesquisa bibliográfica e documental como parte complementar da pesquisa descritiva, através de estudos preliminares sobre o tema identificou-se uma bibliografia um tanto quanto escassa para as regras e tributação voltada ao Agronegócio, devido a isso e com o intuito de completar ao máximo a referida pesquisa materiais de apoios foram utilizados tais como jornais, revistas e sites apropriados que a internet reverencia.

### 3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Para a fundamentação da presente pesquisa e detalhamento dos objetivos específicos apresentados, os levantamentos foram delineados da seguinte maneira:

(I) Analisando o quadro econômico do agronegócio brasileiro; foi realizado um levantamento bibliográfico com informações econômicas atualizadas, obtidas por meio de consulta aos principais veículos de informação sobre o setor.

(II) Analisando o impacto da arrecadação do ICMS para os Estados Membros; Estudo abordado e realizado através do site do Ministério da Fazenda que entre outras informações também disponibiliza dados atualizados sobre as arrecadações realizadas no âmbito estadual.

(III) Apresentando dados atualizados do Complexo Soja para os principais estados produtores; Levantamento bibliográfico extraído de jornais, artigos e sites apropriados sobre o assunto, como valor econômico e portal EMBRAPA.

(IV) Identificando prejuízos atribuídos a desoneração do ICMS com o benefício da Lei Kandir; Levantamento bibliográfico realizados com o auxílio de veículos estatísticos e econômicos comparando anualmente às arrecadações realizadas antes e após a implementação da Lei Kandir. (Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda, Finanças ou Tributação)

Assim os dados mais relevantes obtidos contribuíram de forma significativa para a resolução e conclusão da pesquisa proposta.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho exposto é possível concluir:

- (I) Desde sua instituição prevista na Constituição Brasileira Federal o Imposto sobre circulação de mercadoria e Serviços (ICMS) sofreu diversas modificações, se tornando nos dias atuais a principal fonte de receita tributária pública.
- (II) Simultaneamente a esta evolução tributária, o agronegócio atingiu números recordes, ampliando suas divisas e contribuindo significativamente para com o Produto Interno Bruto.
- (III) A exportação destas mercadorias tem sustentado positivamente a balança comercial brasileira.
- (IV) Dada a importância adquirida ao longo dos anos o setor recebeu diversos benefícios e incentivos fornecidos pelo governo no tocante relativo ao ICMS.
- (V) Com o advento da Lei complementar nº 87/96 (Lei Kandir) o setor recebeu o benefício da desoneração do ICMS para produtos destinados a exportação.
- (VI) Desde que houve a concessão deste benefício, de tempos em tempos o setor reflete sobre a insegurança tributária, com a possibilidade de tributação novamente.
- (VII) Ocorre que tais benefícios podem gerar prejuízos a receita tributária de alguns Estados Membros. O governo deveria compensar os Estados Membros com repasses proposto na legislação, proposta que não vem sendo cumprida.
- (VIII) Atualmente a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a Proposta de Emenda Constitucional PEC 37/2007, a mesma revoga e volta novamente a onerar a exportação.
- (IX) Diversas entidades agrícolas emitiram notas de repúdio a esta aprovação.
- (X) Após a análise realizada é evidente que a volta desta tributação prejudicará fortemente o agronegócio.
- (XI) Consequentemente atingirá diretamente o mercado da SOJA o mesmo já vem sofrendo com os elevados custos com o transporte até o porto,

comparado com os principais países concorrentes, além de trabalhar com a variação do dólar.

- (XII) Entende-se que o problema está mais enraizado do que no fato de onerar novamente a exportação. É certo que existe a necessidade de uma reforma tributária nacional diminuindo complexidade e morosidades nos processos relacionados.

A eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2007 impactará negativamente sobre as exportações brasileiras e terá influência direta sobre o agronegócio, mais precisamente sobre o cultivo da soja.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSP. RANKING TRIBUTÁRIO: ICMS REPRESENTA 18,3% DO QUE SE PAGA PARA OS COFRES PÚBLICOS. O LEVANTAMENTO É REFERENTE AO VALOR DE R\$ 1 TRILHÃO REGISTRADO PELO IMPOSTÔMETRO NO DIA 05/07. **Associação Comercial do Estado de São Paulo**. 08 de julho de 2016. Disponível em <<http://acsp.org.br/noticias/ranking-tributario-icms-representa-183-do-que-se-paga-para-os-cofres-publicos-o-levantamento-e-referente-ao-valor-de-r-1-trilhao-registrado-pelo-impostometro-no-dia-0507>> Acesso em: 22 mai /2018.

APROSOJA. Aprosoja Mobiliza Produtores e reforça pela manutenção da Lei Kandir **Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso**. 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-mobiliza-produtores-e-reforca-pela-manutencao-da-lei-kandir>>. Acesso em 23 de abr, 2018.

\_\_\_\_\_. História da soja. **Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso**. 2014. Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/2014/sobre-a-soja/a-historia-da-soja/>> Acesso em 28 mai 2018.

BACHA, C.J.C. **Tributação no agronegócio**. São Paulo: Alínea, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 10 de abr 2018.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm)> Acesso em : 12 de mai 2018.

\_\_\_\_\_. Balança Comercial Brasileira: Acumulado do ano. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Jan/Abr 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso 19 de jun, 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp65.htm)> Acesso em 12 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF Conclui julgamento sobre repasses a estados por desonerações de exportações. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330861>>. Acesso em 14 de jun 2018.

CAMPAGNOLO, Edson. Agronegócios. Tributação Assombra Setor da Soja. **GAZETA DO POVO**, Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/tributacao-assombra-setor-da-soja-6hg75nzt5a6lqbhu3ehx1ghy5>>. Acesso em 14 de jun.2018.

CANZIANI, José Roberto Fernandes. **Cadeia Produtiva da Soja**. Curitiba. 2012.



CARNEIRO, C. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**, São Paulo, 5 ed., 2015.

CARRAZZA, R.A; **ICMS**, 4 ed., São Paulo: Malheiros, 1998.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do agronegócio brasileiro de 1995 a 2017. Disponível em <[http://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Pib\\_Cepea\\_1996\\_2017%20-%20SITE.xlsx](http://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Pib_Cepea_1996_2017%20-%20SITE.xlsx)> [Download] Acesso em 18 mai 2018.

CONFAZ. Conselho Nacional de Política Fazendária, Disponível em: [https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-doms/@@consulta\\_arrecadacao](https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-doms/@@consulta_arrecadacao) Acesso em 22 mar 2018.

CONFAZ. Conselho Nacional de Política Fazendária, Disponível em: [https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-doms/@@consulta\\_arrecadacao](https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-doms/@@consulta_arrecadacao) Acesso em 22 mar 2018.

Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil (Por Comex Brasil) **Agronegócio é responsável por 7 dos 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2017**, Disponível em <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/agronegocio-e-responsavel-por-7-dos-10-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017>>. Acesso em 19 de mai 2018.

DAROLT, M, R. **As dimensões da sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba – PR**. Curitiba 2000. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/Paris VII.

EMBRAPA, Portal – História da Soja – Disponível em <<https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>> Acesso em 15 mai 2018.

HUMBERTO, Carlos. Insegurança Jurídica preocupa especialistas. DIÁRIO DO COMÉRCIO, 24 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=2582>> Acesso em 29 mar 2018.

KNORR, Márcio Texugo. Quarenta anos de expansão da soja no Brasil, 1975-2015. **OpenEdition Journals**. nº 33, 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/12592>> Acesso em 30 mai 2018.

KUME, H.; PIANI, G.O **ICMS sobre as exportações brasileiras**: uma estimativa da perda fiscal e do impacto sobre as vendas externas. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2010/2021**. Disponível em: <http://acirgurgacz.com.br/pdfs/codigoflorestal/projecoesagronegocio.pdf> Acesso em 31 mai 2018

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2010/2021**. Disponível em: <http://acirgurgacz.com.br/pdfs/codigoflorestal/projecoesagronegocio.pdf> Acesso em 31 mai 2018

MARINELA, F. **Direito administrativo**, 4 ed., revista, ampliada, reformada e atualizada até 01-01-2010. Niterói. Impetus. 2010.

MARINS, J. **Elisão tributária e sua regulação**. São Paulo: Dialética, 2002.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Direito tributário Brasileiro**: temas relevantes São Paulo: MP Ed, 2014; Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

PINTO, Leandro. Administração do agronegócio. **ADM Agronegócio**. 2007. Disponível em <<http://admagronegocio.wikidot.com/>> Acesso em 16 mai 2018.

SALOMÃO, Raphael. Agronegócio sustenta a alta do PIB, mas cenário ainda exige cautela. [Entrevista Neri Geller]. **GLOBO RURAL**. 01 de junho de 2017. Disponível em <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/06/agronegocio-sustenta-alta-do-pib-mas-cenario-atual-ainda-exige-cautela.html>>. Acesso em 19 de abr 2018

SKORA NETO, F. **Manejo de plantas daninhas**. In: IAPAR. Plantio Direto. Pequena Propriedade Sustentável. IAPAR, Ponta Grossa, PR (Circular 101). p. 127–157. 1998.